



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Coordenadoria de Material e Logística

**PROCESSO Nº 16919/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de um aparelho scanner de raio-x com esteira e túnel para inspeção e detecção de objetos em bolsas, sacos, pastas ou pacotes com instalação e ativação no Fórum da Justiça do Trabalho de Camaçari-BA

**RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO FORMULADO E IMPUGNAÇÕES INTERPOSTAS  
POR EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO CERTAME**

**EMPRESA 1 - IMPUGNAÇÃO**

Empresa interessada na participação do pregão eletrônico ingressou, tempestivamente, com impugnação ao instrumento convocatório sob a alegação, em síntese, de que o Edital em seu Termo de Referência, no tocante às dimensões do objeto licitado, viola o disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8666/93. Sustenta que “...as dimensões exigidas no edital, impossibilitam a ampla participação de concorrentes, em flagrante desacordo com o disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8666/93(...)”. Requer assim, a “revisão do Instrumento Convocatório e Termo de Referência, a fim de que seja permitida variação de pelo menos 10% (dez por cento) para mais ou para menos.”

Insurge-se a impugnante, ainda, contra o item 12.8.5.1 do instrumento convocatório. Alega que “não exige como requisito habilitatório, a apresentação de certidão de registro junto a entidade profissional competente, conforme determina o art. 30, da Lei 8666/93 (...)”. Pondera, ainda, que “o objeto licitado, é equipamento elétrico-eletrônico, sendo essencial que tanto a empresa vencedora, quanto seu responsável técnico estejam devidamente habilitados no CREA. De conseguinte, torna-se condição sine qua non, para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, que a empresa licitante apresente (i) sua regular inscrição no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da situação de sua sede; bem como (ii) demonstre possuir responsável técnico regularmente inscrito nos quadros do CREA, vinculado à licitante (por contrato permanente de prestação de serviços, ato constitutivo e/ou CTPS).” Requer, dessa forma, a “revisão do edital, para que seja incluído como requisito habilitatório, a apresentação da Certidão de Registro no CREA de origem da licitante.”

Impugna, também, o item 12.8.5.1, alínea b, do Termo de Referência. Neste particular, alega que *“exigir das licitantes apenas autorização para realização de distribuição de equipamento de raios-x, não abrange a totalidade do objeto licitado, visto que, o escopo principal do certame é o FOR-NECIMENTO. Nesse sentido, é de rigor retificar o Edital e seu respectivo Termo de Referência para incluir a obrigatoriedade da empresa vencedora ter não só autorização da CNEN PARA DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RAIOS X, mas também a autorização da CNEN PARA MANUTENÇÃO DE TAIS EQUIPAMENTOS.”*

Contesta o Termo de Referência em seu item 18. Assevera que *“este requisito é realizado através da análise, pela CNEN Comissão Nacional de Energia Nuclear, em laboratório, de testes específicos e que dirão se um equipamento está de acordo com a posição regulatória 3.01/001....Desta análise, é gerado um ofício, que é entregue somente para a empresa que realizou o teste.”* Requer, dessa maneira, a *“revisão do edital do Edital e seu Termo de Referência, para exigir dos licitantes a apresentação, dentre seus documentos de habilitação técnica, o OFÍCIO DE ISENÇÃO DOS REQUISITOS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, expedido pela CNEN.”*

O item 6.5.5 do Edital foi alvo de impugnação sob a alegação que o *“prazo é deveras exíguo, frente à situação de pandemia mundial.”* Acrescenta que *“o instrumento convocatório compromete o caráter competitivo do certame, tendo em vista, que nem todas as licitantes ofertarão equipamento nacional, bem como, nem todas são fabricantes de equipamentos.”*. Requisita, então, que *“seja alterado o prazo de entrega para pelo menos 90 dias após o recebimento da nota de empenho.”*

Por fim, impugna o Anexo III – do Termo de Referência, que dispõe acerca do valor máximo do objeto licitado. Defende que o *“valor está muito abaixo dos praticados no mercado atualmente”*. Acrescenta que *“que o objeto licitado, conta com fornecimento e componentes restritos e em sua maioria importados, portanto, seus preços não são tão variáveis a ponto de se aproximarem dos preços máximos exigidos no Edital.”* Registra que *“a Instrução Normativa nº 73 de 05/08/2020 menciona quatro formas para obtenção dos valores, entretanto, esta Administração apenas utilizou apenas a forma citada no inciso II”* e *“que no momento da pesquisa de preços, esta Administração em flagrante afronta ao Princípio da Legalidade, pois não seguiu as determinações dos arts. 5º, 7º e 9º, todos da Lei 7.892/2013, bem como, não seguiu as determinações da IN 73/2020 do Ministério da Economia, notadamente o seu art. 5º.”* Pleiteia, dessa forma, a *“revisão do edital/termo de referência, a fim de que, o objeto licitado tenha o seu valor majorado, para que se amolde ao valor do mercado atual.”*

**É o relatório.**

## **DECISÃO**

O processo foi encaminhado ao Setor Requisitante que assim se pronunciou:

*“Seguem as impugnações seguida das respostas pertinentes a essa Coordenadoria, especificamente no que tange as questões técnicas do equipamento a ser licitado:*

**QUESTÃO 1 – Impugnação:** Alega a impugnante que as dimensões do objeto licitado, geram direcionamento do certame. O TR *“item 3. Dimensões mínimas do Túnel: 550 mm largura x 360 mm altura”;*

**Nada a alterar no TR.** A impugnante alega que *“é exigido dimensões mínimas, sem a aceitação de variação, direciona o certame a apenas uma licitante”,* o próprio enunciado se contradiz pois as dimensões solicitadas no termo de referência são **dimensões mínimas** por si só permite variação para maiores dimensões. Quanto a alegada direcionamento a apenas um licitante, em rápida pesquisa na

internet verifica-se que a Impugnante participou de uma licitação da Prefeitura Municipal de Cascavel para venda de um equipamento que possui dimensões do túnel de 600 mm largura x 400 mm de altura, disponível em: [http://www.comprasnet.gov.br/livre/pregao/ata2.asp?co\\_no\\_uasg=987493&numprp=002132020&Seq=1](http://www.comprasnet.gov.br/livre/pregao/ata2.asp?co_no_uasg=987493&numprp=002132020&Seq=1)

Dessa forma, tanto a Impugnante como diversos outros fabricantes podem atender essa variação de dimensão.

**Concluimos que nesta questão não há nada a alterar no Termo de Referência.**

**QUESTÃO 2 – Impugnação:** A Impugnante questiona a necessidade de inclusão como requisito habilitatório, da Certidão de Registro no CREA de origem da licitante.

**Nada a alterar no TR.** O presente processo trata de AQUISIÇÃO de material, operação também conhecida no mercado como “compra e venda de mercadoria”. A Impugnante cita a Lei 5.194/66 para justificar a exigência de CREA, porém não se verifica no texto da lei menção a venda de equipamento, a lei apenas trata de contratações de serviços.

**Concluimos que nesta questão não há nada a alterar no Termo de Referência.**

**QUESTÃO 3 – Impugnação:** A Impugnante pede revisão do Edital para incluir expressamente, como condição de habilitação técnica, a necessidade de apresentação do ofício autorização da CNEN expedida em nome da empresa licitante, para a manutenção dos equipamentos de raios-x.

**Nada a alterar no TR.** Conforme parecer da Assessoria Jurídica do TRT5, doc. 11 do processo, abaixo transcrito, não é possível tal exigência:

“No que tange aos Ofícios emitidos pelo CNEN, a exigência da apresentação de tais documentos não consta do rol taxativo previsto no art. 30 da lei nº 8.666/93. Ademais, vale observar que essa Secretaria de Assessoramento Jurídico pesquisou em diversas normas do CNEM (a exemplo da Norma da Diretrizes Básicas CNEN NN-3.01:2011, Resolução CNEN nº 112, de 24 de agosto de 2011, Resolução CNEN Nº 130 DE 31.05.2012) e não encontrou a exigência de apresentação de tais Ofícios. “

**Concluimos que nesta questão não há nada a alterar no Termo de Referência.**

**QUESTÃO 4 – Impugnação:** Requer a revisão do edital e seu termo de referência, para exigir dos licitantes a apresentação, dentre seus documentos de habilitação técnica, o ofício de isenção dos requisitos de proteção radiológica, expedido pela CNEN.

**Nada a alterar no TR.** Mesma razão da questão anterior.

**Concluimos que nesta questão não há nada a alterar no Termo de Referência.**

**QUESTÃO 5 – Impugnação:** Solicita a revisão do edital, para que seja alterado o prazo de entrega para pelo menos 90 dias após o recebimento da nota de empenho.

**Nada a alterar.** O prazo estipulado é o que atende a necessidade e interesse da Administração em razão do retorno das atividades presenciais no TRT5 prevista para início de janeiro de 2022, por conta da melhora do quadro da Pandemia de Covid-19.

**Concluimos que nesta questão não há nada a alterar no Termo de Referência.**

**QUESTÃO 6 – Impugnação:** A Impugnante alega que a pesquisa de preços utilizou como paradigma pregões realizados há mais de 12 meses antes da publicação do edital. Requer a revisão do edital/termo de referência, a fim de que, o objeto licitado tenha o seu valor majorado, para que se amolde ao valor do mercado atual.

**Nada a alterar.** A pesquisa de preços foi realizada com base na IN 73/2020 onde prevê que as pesquisas de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para aquisição refiram-se a contratações **firmadas** no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório. Conforme se verifica no extrato abaixo da pesquisa no sistema Banco de Preços as licitações usadas como paradigma foram homologadas entre novembro e dezembro de 2020, embora o sistema não informe a data exata que foram assinados os contratos deduz-se que foram posteriormente firmados a estas datas:

| Preço Compras Governamentais            | Órgão Público                                      | Identificação                  | Data Homologação | Preço         |
|-----------------------------------------|----------------------------------------------------|--------------------------------|------------------|---------------|
| 1                                       | Conselho Nacional do Ministério Público            | NºPregão 352020<br>UASG 590001 | 15/12/2020       | R\$ 96.000,00 |
| 2                                       | GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA   Tribunal de Justiça | NºPregão 402020<br>UASG 925480 | 15/12/2020       | R\$ 70.000,00 |
| 3                                       | Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear        | NºPregão 482020<br>UASG 910847 | 05/11/2020       | R\$ 90.000,00 |
| Valor Unitário                          |                                                    |                                |                  | R\$ 85.333,33 |
| Média dos Preços Obtidos: R\$ 85.333,33 |                                                    |                                |                  |               |

A aquisição foi estimada em R\$85.333,33 utilizando a média dos três preços obtidos. Sobre a alegação do baixo preço da estimativa, verifica-se que o TJRO adquiriu o equipamento pelo valor de R\$70.000,00 valor bem inferior ao estimado pelo TRT5. Vale ressaltar que na época da realização da pesquisa de preços não se localizou aquisições mais recentes.

**Concluimos que nesta questão não há nada a alterar no Termo de Referência.”**

Em face do exposto, deixo de acolher os argumentos lançados pela **EMPRESA 1** interessada e julgo, diante do posicionamento do Setor Técnico – CSI (Coordenadoria de Segurança Institucional), IMPROCEDENTE a impugnação apresentada contra o edital, pelos motivos já mencionados.

## **EMPRESA 2 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

“Dispõe o item 42, do Termo de Referência, do Edital, que o equipamento deve possuir esteira na parte frontal e traseira do equipamento. Neste sentido, questiona-se:

1. A esteira exigida se refere à própria esteira estrutural do equipamento ou às mesas de roletes, acessório usualmente utilizado em equipamentos dessa natureza?
2. Caso a esteira se refira às mesas de rolete, qual o tamanho deve alcançar?

Os itens 3 e 4, ambos do Termo de Referência, do Edital, dispõem sobre as dimensões mínimas do túnel e do equipamento, respectivamente. Neste sentido, questiona-se:

3. Há limite máximo de dimensões de túnel e também do equipamento?

Prevê o subitem 6.4, do Edital:

“6.4. As propostas, planilhas e, quando for o caso, seus anexos (vedado qualquer tipo de identificação do licitante quando de suas inserções no sistema), deverão ser formulados e remetidos exclusivamente

*por meio do sistema eletrônico, via internet, para o sítio do COMPRASNET, obedecidos os prazos estipulados neste instrumento de convocação.”*

*Tendo em vista que, no momento de cadastrar a proposta no comprasnet, todos os documentos de habilitação e proposta técnica devem ser enviados pelo licitante, conforme previsto no próprio edital, pois os mesmos são documentos comprobatórios da regularidade da empresa e solicitados como critério classificatório, questiona-se:*

*4. Está correto o entendimento de que o subitem em comento não se aplica aos documentos de habilitação e proposta que serão anexados no sistema?”*

## **RESPOSTA**

Os autos foram remetidos ao setor técnico que assim se pronunciou:

*Seguem os esclarecimentos aos respectivos itens questionados pela empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, especificamente no que tange aos itens técnicos do equipamento a ser licitado e dispostos no item 42 do Termo de Referência do Edital:*

*QUESTÕES 1 e 2 – A empresa licitante questiona se “A esteira exigida se refere à própria esteira estrutural do equipamento ou às mesas de roletes; acessório usualmente utilizado em equipamentos dessa natureza? E, caso a esteira se refira às mesas de rolete, qual tamanho deve alcançar?”*

*RESPOSTA – Esclarecemos que a esteira descrita no item 42 do Termo de Referência do Edital refere-se à própria esteira estrutural do equipamento.*

*QUESTÃO 3 – A empresa licitante cita os itens 3 e 4 do Termo de Referência do Edital que dispõem sobre as dimensões mínimas do túnel e do equipamento, respectivamente, questionando: “Há limite máximo de dimensões de túnel e também do equipamento?”*

*RESPOSTA – Esclarecemos que não há limite máximo de dimensões de túnel nem de equipamento.*

*QUESTÃO 4 – A empresa licitante cita o subitem 6.4 do Edital : “Tendo em vista que, no momento de cadastrar a proposta no comprasnet, todos os documentos de habilitação e proposta técnica devem ser enviados pelo licitante, conforme previsto no próprio edital, pois os mesmos são documentos comprobatórios da regularidade da empresa e solicitados como critério classificatório, questiona-se: 4. Está correto o entendimento de que o subitem em comento não se aplica aos documentos de habilitação e proposta que serão anexados no sistema?”*

*RESPOSTA – Este esclarecimento foge à competência da Coordenadoria de Segurança Institucional – CSI”.*

Com relação à QUESTÃO 4, informo que está correto o entendimento da Licitante. Todos os arquivos anexados devem conter a identificação da empresa. Durante o cadastramento do item é que não poderá haver identificação – no campo descritivo do Comprasnet.

**Assim, ficam respondidos integralmente os esclarecimentos formulados pela EMPRESA 2.**

## **EMPRESA 2 - IMPUGNAÇÃO**

Empresa interessada na participação do pregão eletrônico ingressou, tempestivamente, com impugnação ao instrumento convocatório sob a alegação, em síntese, de que o Edital viola o princípio da legalidade. Sustenta que *“o instrumento convocatório é silente quanto ao direito de preferência para o fornecimento de equipamentos de informática com tecnologia produzida no país.”*

Pondera, ainda que *“O Decreto 5.906/2006, que dispõe sobre capacitação e competitividade no setor de tecnologia da informação, preceitua, em seu anexo I, item 9022.1, que equipamentos de raios-X que usam tecnologia digital, são equipamentos de informática.”*

Requer, assim, que *“sejam expressamente previstas e incluídas no Ato Convocatório as normas legais cogentes que preveem a preferência ao produto nacional, na forma do disposto no art. 3º, da Lei nº 8.248/1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto nº 7.174/2010.”*

**É o relatório.**

### **DECISÃO**

Considerando a expressa previsão de que os scanner de raio-x são produtos beneficiados na legislação específica sobre bens e serviços de informática (Decreto 5906/2006, Anexo I), entendemos procedente a impugnação aduzida, tendo em vista a ausência de previsão no Edital quanto ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010.

Diante do exposto, acolho os argumentos lançados pela **EMPRESA 2** e julgo procedente a impugnação apresentada contra o edital, tendo em vista as razões acima expostas.

NOTIFIQUEM-SE as impugnantes/questionantes das presentes decisões e dos presentes esclarecimentos. DIVULGUE-SE na internet, para dar maior conhecimento e propiciar ampla publicidade deste julgamento. Encaminhem-se os autos para as alterações pertinentes no Edital, de modo que seja o certame republicado com as devidas alterações, nos termos fixados do arts. 17, inc. II, e 24, ambos do Decreto nº 10.024/2019.

Informo que a data da reabertura do prazo será oportunamente divulgada.

Salvador, 01 de dezembro de 2021  
Ana Paula Dutra Vila Nova Cerqueira  
Núcleo de Licitações